

EDITORIAL

A (RE)DESCOBERTA DA AMAZÔNIA

Desde o século XVII a Amazônia foi objeto da curiosidade, do interesse e da cobiça dos invasores brancos. E, desde aquela época, foi de um lado apreciada e admirada pela sua natureza extraordinária e de outro roubada através de pirataria ou de políticas oficiais elaboradas nos centros de poder estrangeiros ou brasileiros interessados em resolver problemas que não eram da região. A Amazônia foi, e continua sendo, um grande celeiro de riquezas “que devem” ser exploradas em benefício de interesses alheios.

O povo muitas vezes não é considerado. Há quem pense que a região seja um imenso vazio, sem moradores, sem cabeças pensantes, sem vida e organização próprias, tendo que depender sempre de fora para seu desenvolvimento. Será que hoje as políticas estão mudando? Existem algumas novidades que parecem promissoras, no sentido de elaborar políticas que considerem os interesses locais e, sobretudo, envolvam as forças autóctones.

Em setembro de 2004 reuniram-se em Manaus (AM) os chanceleres dos países amazônicos para pensar políticas de desenvolvimento sustentável mais respeitadas para a região. Analisaram o “Plano Estratégico 2003-2010” apresentado pela Organização do Tratado da Cooperação Amazônica, para quem *“o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições que as que resultem do Direito Internacional”*. Igualmente importante é a ênfase na proteção ambiental, objetivo central do referido Tratado: *“Deve-se trabalhar intensamente para apoiar todas as iniciativas regionais e/ou nacionais dirigidas a modificar os padrões de uso e consumo imperantes, baseados em modelos agro-extrativistas ou de implantação de monoculturas de capital intensivo”*. Certamente estamos diante de uma novidade de linguagem que exige mudanças na política econômica atual.

Também no âmbito eclesial há novidades. De 7 a 9 de outubro de 2004 reuniram-se em Manaus 31 bispos da região da Amazônia Continental. Na Carta, redigida ao final do encontro, eles afirmam: *“Temos aberto nosso olhar para as imensas possibilidades que estes territórios têm para o fortalecimento de novos modelos de associação entre os Estados e outras organizações nacionais. Ao mesmo tempo, temos descoberto novos caminhos para a realização de um modelo pastoral complexo e unitário, em rede, que ao mesmo tempo nos torne participantes de processos de desenvolvimento humano que busquem a dignificação de mais de 21 milhões de homens e mulheres que aí habitam”*. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reconheceu, em 2002, a prioridade da pastoral da Amazônia e constituiu uma Comissão com nove bispos (quatro da Amazônia) para estimular a abertura missionária das dioceses do Brasil em apoio às comunidades do Norte. Mais recentemente, nasceu a inicialmente chamada

Marcha pela Amazônia, querendo mobilizar pessoas e entidades em favor da região.

Por fim, entre 18 e 22 de janeiro deste ano realizou-se, sempre em Manaus, o *IVº Fórum Social Pan-Amazônico*, com o lema “Outra Amazônia é possível” e o tema “Diversidade, Soberania e Paz”. Trata-se de uma manifestação, em escala regional, do Fórum Social Mundial (FSM), envolvendo movimentos populares, organizações indígenas, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, organismos eclesiais e entidades ambientais. Contando com a participação representativa de todos os oito países que formam a Amazônia Legal, o fio condutor das discussões partiu sempre do pressuposto de que a Pan-Amazônia é uma área estratégica do planeta. Neste território, composto por nove países e habitado por numerosos povos, estão as maiores concentrações de biodiversidade, recursos hídricos, florestais e minerais do globo. Alvo permanente da cobiça imperial e palco de políticas de resultados desastrosos para suas populações e seu meio-ambiente, para a Amazônia o avanço do capitalismo neoliberal foi (e continua sendo) sinônimo de degradação ambiental, pirataria, destruição de modos de vida tradicionais, colonialismo, concentração de riquezas, trabalho degradante e práticas de trabalho escravo, intervenção militar e guerras (principalmente na Colômbia).

Estamos constatando novas preocupações, novas iniciativas, novas relações, que levantam esperanças e, evidentemente, devem ser apoiadas. Fica, porém, uma pergunta. Será que toda essa novidade não está escondendo esquemas e políticas tradicionais?

Os chanceleres amazônicos falaram muito de desenvolvimento sustentável, mas, no fundo, a perspectiva é sempre econômica, numa sociedade capitalista onde o único objetivo a ser alcançado é o lucro. Será que tiveram a coragem de consultar cientistas locais, que conhecem e pesquisam modelos de desenvolvimento radicalmente novos? Estarão dispostos a investir na Amazônia não para ter um lucro imediato? O próprio conceito de “desenvolvimento sustentável” deve ser desmistificado. O “sustentável” indica um processo onde a poluição não seja superior à capacidade de regenerar o ambiente. “Desenvolvimento” é uma palavra ligada ao conceito de crescimento econômico que supera a capacidade do ecossistema. As duas palavras são contraditórias. Fica a pergunta: quem irá se aproveitar das riquezas amazônicas: água, madeira, minérios, biodiversidade, remédios, essências, sabedorias ancestrais? Quais as possibilidades de reverter o modelo de desenvolvimento que se tenta implantar?

Além disso, encontramos outros limites próprios de visões tradicionais. Ao falar da água, ela é apresentada como “sustento do desenvolvimento” e não relacionada à vida global das pessoas. Apesar do reafirmado “*reconhecimento da diversidade cultural e o respeito dos direitos dos povos indígenas*”, prioriza-se, contudo, o saber científico, ignorando o conhecimento ancestral dos indígenas e não incorporando de forma plena e institucional as organizações locais e nacionais destes povos.

A anteriormente denominada *Marcha pela Amazônia*, agora rebatizada como *Mutirão pela Amazônia*, oferece um amplo programa que procura resgatar

decênios de lentidão e insuficiência no apoio às dioceses da Amazônia, enviando leigos(as), consagrados(as) e ministros ordenados. O problema é saber como será oferecida esta ajuda missionária, se na perspectiva de um modelo de igreja tradicional ou procurando novas relações que reconheçam a vitalidade da igreja local, a grande contribuição dos leigos(as), as milhares de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as diferentes pastorais sociais. Sobretudo, não sejam programas pensados e decididos fora da região.

A propósito dessas iniciativas, é importante lembrar o grande fenômeno das migrações: através de projetos ou por conta própria, milhares de famílias chegaram e continuam chegando à procura de novas terras e uma situação de vida melhor. É um povo dinâmico, resistente, lutador. Os povos indígenas, o grande número de ribeirinhos, os moradores das periferias urbanas, os povos migrantes, são esses povos que devem ser reconhecidos, valorizados e considerados não como objetos de uma política do governo ou de uma evangelização mas como sujeitos de uma nova sociedade e de uma nova igreja.

É um povo que se organiza e cria seus movimentos sociais, por conta própria ou ajudado por pastorais e organizações não-governamentais (ONGs). Podemos constatar a riqueza dessas iniciativas e os novos caminhos encontrados, repensando valores, conceitos, formas de resistência e de organização. Contudo, aqui também se faz necessária uma atitude crítica. Nem sempre as entidades de fora conseguem ajudar. Já o editorial dos **Cadernos do CEAS** nº 207, de setembro-outubro de 2003, alertava *“para a nova face da ofensiva imperialista no Continente. Sob a pele de ONGs sempre plenas de boas intenções e, mais ainda, ávidas por se apropriar de nossas riquezas”* (p. 10), de modo que terminaram por esvaziar algumas promissoras iniciativas populares.

Respondendo à pergunta inicial, que indaga se as políticas atuais estariam mudando, achamos que há novidades muito promissoras. Há, contudo, a necessidade de manter sempre um espírito crítico, evitando fáceis entusiasmos, para que os novos caminhos não desviem, mas se fortaleçam sempre mais. Para isso, é fundamental colaborar, projetar e decidir sempre em contato com os setores populares e com a participação deles. Com os bispos da região amazônica, podemos desejar que todos *“se abram às propostas fecundas que podem surgir destes povos aos quais, por muito tempo, se negou a voz, o reconhecimento e a participação econômica no desenvolvimento nacional”*.

E é nesse espírito que o presente **Caderno** temático dá continuidade ao esforço iniciado dois anos atrás, intercalando artigos mais analíticos com o breve relato de algumas experiências, práticas e projetos de organizações populares, ONGs e entidades ligadas à Igreja e à Universidade, no intuito de torná-las mais conhecidas e de partilhar o que cada uma está fazendo e/ou pretende realizar.